

A PROPÓSITO DE MEGALITISMO PORTUGUÊS: DUAS BREVES INTERVENÇÕES

por

Vítor Oliveira Jorge*

I

DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE ARTE? E DE ARTE PRÉ-HISTÓRICA? E DE MEGALITISMO? E DE ARTE MEGALÍTICA? ALGUNS TÓPICOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE TEMAS EM QUE SE IMPÕE PORMO-NOS DE ACORDO SOBRE AS NOSSAS (POSSÍVEIS E DESEJÁVEIS) DISCORDÂNCIAS**

A tradição positivista em Arqueologia tem sido tão forte que, em regra, o que os investigadores consideram ser um progresso no saber é a aquisição de novos conhecimentos (os famosos “dados”), sem se interrogarem em que quadro conceptual tais conhecimentos se produzem e se inserem. Entendidos como evidências, e tais evidências como valores em si, os “dados” são depois discutidos exaustivamente, sem muitas vezes se esclarecer previamente a que escala ou sequer em que acepção estão a ser tomados, isto é, qual o critério que os institui como “dados” pertinentes para uma determinada discussão. Como ninguém explicita claramente onde pretende chegar e por que meios, é o vale-tudo das “novidades”, cada uma das quais mais sensacional (rara, antiga, etc.) do que a anterior. O quê falta em conceptualização procura compensar-se com a sofisticação das apresentações (multimédia, por ex.) ou com a superabundância dos elementos aduzidos, numa espécie de espectáculo, ou de “concurso” a ver quem é que espanta (se possível “esmaga”) mais o auditório. Isto não é ciência, nem sequer é conhecimento sério – o conhecimento sério é evidentemente uma elaboração intelectual, longamente amadurecida, se possível original, sobre elementos adquiridos por uma comunidade, e nunca por indivíduos ou equipas isoladas. Por “original” entende-se obviamente alguma coisa que acrescente algo de conceptualmente novo ao já pensado, e não a utilização de terminologias importadas (do tipo “Revolução dos Produtos Secundários”) ou idiossincráticas (do tipo “deusa com olhos de sol”), que provocam um falso efeito de “novo”, isto é, são uma cosmética de nomenclatura

* Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

** Resumo da comunicação apresentada ao 2º Colóquio de Arqueologia de Reguengos de Monsaraz (org. de Victor Gonçalves, FLUL), Maio de 2000.

para o “*dejà vu*” da magreza dos verdadeiros “dados”, que só podem resultar de décadas de trabalho aturado, conjugando prática de campo, tratamento de registos/recolhas, e crítica permanente do quadro reflexivo em que a acção (incluindo a prática teórica) do investigador se insere. Há obviamente que evitar também as pseudo-sínteses ensaísticas, de mau gosto literário, e pretensa “audácia” interpretativa, onde o leitor não tem quaisquer meios de validar ou invalidar o que é afirmado, pedindo-se-lhe, no fundo, uma adesão com base na autoridade ou na sugestão emocional.

Em suma, para se fazer “boa” arqueologia é preciso técnica, cultura científica, cultura humanística, bom senso e criatividade, além de uma ética de permanente auto-revisão e abertura à crítica.

O campo da arte pré-histórica tem sido fértil em banalidades conceptuais, em descrições que, por se julgarem válidas de per si (isto é, julgarem que o sentido da realidade descrita é automaticamente evidente), são profundamente fastidiosas. Quando dispomos de estudos mais exaustivos, bons decalques, plantas de contexto, elementos arqueológicos associados, podemos ainda fazer alguma coisa com esses “dados”, isto é, pensar. O que significa importá-los para o nosso próprio ambiente de trabalho e produzir novas reflexões.

É evidente que chamar “artístico” a um objecto é uma convenção. Em que limites estamos dispostos a utilizar tal convenção no domínio específico da Pré-história? Há condições para estabelecer alguma objectividade – objectividade não significa “verdade”, significa um conjunto de regras de partilha na formulação e validação de conhecimentos – na análise, descrição e interpretação de tais produções? Que significa “megalitismo”? Mesmo admitindo a operacionalidade do conceito, dentro de que limites espácio-temporais é mais operacional (à escala regional, à escala de grandes zonas da Península, à escala da Europa ocidental, etc.)? Existe uma “arte megalítica”? Em que condições, dentro de que parâmetros? Limitando-nos às figurações que cobrem os esteios dos túmulos, quais são os tipos de composição (não os tipos de motivos isolados, essa perspectiva não tem obviamente sentido) que se podem considerar e comparar entre si?

Só progrediremos no estudo da chamada “arte megalítica” quando se puser ao dispor da comunidade toda a informação acumulada e seu contexto, e se puder comparar esses contextos à escala primeiro local, depois regional, e assim sucessivamente, procurando pouco a pouco uma “explicação” mais abrangente. Essa explicação deve assentar numa explicitação dos pressupostos de que parte.

Ao contrário dos cientistas das ciências exactas e naturais, onde uma metodologia e ética de trabalho se estabilizou há mais tempo, permitindo o intercâmbio dos conhecimentos e certa cumulatividade dos mesmos, há em arqueologia pré-histórica, uma das ciências sociais e humanas mais recentemente emancipadas (por ex., da tutela da história, da geologia, etc.) todo um caminho a percorrer para assentar um “terreno comum” de trabalho, em vez de um cenário de protagonismos e de espectáculos individuais. Este cenário é próprio de um país de periferia, não de um centro científico onde a validação do trabalho é independente de clientelas ou de servilismos a certas figuras que, por questões de antiguidade ou de habilidade, se alçaram aos postos de influência, neutralizando quaisquer tentativas de contestação por parte das gerações mais jovens. Quando a nossa arqueologia constituir um pólo de reflexão mais respeitado do que hoje é, verificar-se-á talvez que, como ciência humana e social, ela é capaz de formar espíritos mais livres e simultaneamente mais rigorosos dos que são formados em alguns sectores das escolas tradicionais de engenharia ou de ciências, por ex. Livres e rigorosos porque capazes de

darem passos em frente inventivos, sem para tanto precisarem de caminhar linear e automaticamente. A ciência é a surpresa de “ver novo” no “já visto”. O “megalitismo” e a “arte megalítica”, temas decerto convencionais, podem ser, como quaisquer outros, bons âmbitos para o exercício da liberdade criadora, isto é, da verdadeira ciência, séria até e sobretudo quando não se toma tão a sério que se dogmatiza ou se mecaniza.

O autor destas linhas deseja vincadamente sublinhar que se inclui, como arqueólogo, na crítica que as linhas acima pressupõem a este domínio tal como tem sido praticado em Portugal. Isto é, não se considera imune a erros ou a simplismos e a facilitismos apontados. Apenas procura, chamando a atenção para que o tema de que tratamos é um “rei” que, muitas vezes, “vai nu”, motivar para um trabalho colectivo – o de o ajudarmos a melhorar nas suas condições de produção e de apresentação. Para que todos nos possamos rever com mais satisfação intelectual no campo a que nos dedicamos.

II

ESTUDO DO “MEGALITISMO” EM PORTUGAL NO SÉC. XX: ELEMENTOS PARA UM BALANÇO***

Se consultarmos o célebre manual de “Arqueologia” de Renfrew e Bahn, hoje seguido em toda a parte, como representante que é do “paradigma dominante”, processualista, da arqueologia anglo-saxónica, verificaremos que, na explicação do megalitismo europeu, se sucederam ao longo do tempo diversas perspectivas (ed. espanhola, pp. 448-449)¹. Fala-se, aí, da explicação migracionista, do séc. XIX; da difusionista, da primeira metade do séc. XX (e que tão influente foi em Portugal); da interpretação processual-funcionalista da segunda metade do século; e de outras perspectivas, aparecidas sobretudo a partir dos anos 70-80, como a neo-marxista e a pós-processual.

Quem observe a história da arqueologia portuguesa – ainda em larga medida por fazer, da forma crítica e sintética que se impõe (explicitação dos paradigmas dominantes/ /concorrentes em cada época e ao longo do tempo, e sua relação com o ambiente científico e cultural coevo), para nela vermos claramente quais as grandes fases de continuidade e quais as rupturas significativas – verifica que apenas a perspectiva difusionista, a que se aludiu acima, teve eco em Portugal. Mas um eco débil, pouco criativo.

No séc. XX (e não apenas após os tempos renovadores da “nova arqueologia”, nos anos 60), o nosso país alheou-se largamente dos debates interpretativos que na Europa (sobretudo no Reino Unido) se faziam no âmbito da arqueologia megalítica, tanto na época de Gordon Childe, como na de um C. Renfrew, ou mesmo, mais recentemente, de um I. Hodder, de um J. Barrett, de um R. Bradley, ou de um C. Tilley. Estivemos também afastados da renovação dos estudos neolíticos, e megalíticos em particular, que se desenvolveu no pós-guerra em França, por ex. Vigorou durante o regime ditatorial – e mesmo depois dele – não só um elementar empirismo, como um amadorismo anacrónico, em que a falta de meios e de enquadramento institucional se conjugava com a improvisação das

*** Resumo da comunicação apresentada às Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (coord. de J. Morais Arnaud), Lisboa, Maio de 2000.

¹ Madrid, Ed. Akal, 1993. ISBN: 84-460-0234-5.

intervenções e com a tibia da imaginação explicativa. Em megalitismo (área temática convencional, é certo, e que normalmente se não isolava, pois não havia especialistas), como aliás noutros âmbitos, os trabalhos mais significativos foram feitos por estrangeiros, ou seja, neste caso, por G. e V. Leisner, cuja principal obra se encontra escrita em alemão, o que a torna ainda mais inacessível. Éramos uma periferia atrasada, observada do exterior como local para o exercício de actos de “colonização” científica, considerada com tendo um potencial enorme, mas largamente abandonado pelos “indígenas”.

Assim, durante muito tempo, mesmo para os da minha geração (que se teve de formar praticamente a si própria), o problema emergente parecia não ser o de debater as interpretações do megalitismo, que aliás não conhecíamos em pormenor, mas, antes de mais, o de “reconhecer” os monumentos no terreno e o de os escavar convenientemente, com metodologia e perspectivas “pós-Leisner”. Ou seja, o entendimento que se tinha era o de que, primeiro, se impunha fazer trabalho de campo e que, depois de colectados os “dados” suficientes, teríamos então matéria para comparar, reflectir, estabelecer tipologias, sequências crono-culturais, e outras modalidades mais avançadas de interpretação. Após todo um historial de negligências incríveis, como a que esteve votada a necrópole de Alcalar, ou de intervenções desastrosas, que iam desde as “campanhas” dos Serviços Geológicos em Monchique, ou das dos empregados de Manuel Heleno no Alentejo, ou das perpetradas em antas do Crato, até à quase destruição (ou, se quisermos, profunda danificação) da anta do Zambujeiro (em Évora), queríamos finalmente ver monumentos rigorosamente estudados e publicados. E desejávamos articular as manifestações funerárias com o todo cultural de cada época, integrando naturalmente tudo num quadro cronológico e paleo-ambiental seguro, que nos desse a “chave” para a interpretação destas arquitecturas que povoavam o nosso território de norte a sul, como se fossem um “ex libris” da fachada atlântica peninsular. Naturalmente que os nossos primeiros trabalhos, nos finais dos anos 70 e nos anos 80, enfermavam necessariamente ainda de amadorismo ou de esquematismo, quer na documentação gráfica, quer nas interpretações aduzidas (por vezes querendo encontrar evoluções lineares, com um monumento-tipo para cada fase, eventualmente conectado com um “espólio-tipo” e até, nos casos mais ousados, com um povoado-tipo!).

Rapidamente compreendemos que, também aqui, um longo e penoso caminho ia dos ideais à sua concretização. Sem programas de pesquisa regionais e interdisciplinares, sem enquadramento institucional, sem uma ética de disciplina e de persistência, procurando estudar sistematicamente os temas/sítios (e não andar a vogar ao sabor de “descobertas”) não se ia a lado nenhum. Tínhamos de fazer um esforço gigantesco de actualização em todas as frentes. Os finais dos anos 70, com trabalhos de J. M. Arnaud, V. O. Jorge, C. T. da Silva e J. Soares, e V. S. Gonçalves, foram sem dúvida um momento de arranque para um panorama novo. Apresentei, em 1982, à Fac. de Letras do Porto, uma dissertação de doutoramento sobre o megalitismo do Norte de Portugal. Tratava-se em larga medida de um programa de pesquisas. Mas creio que, mesmo não tendo tido a possibilidade de ser publicado² (foi distribuído por bibliotecas e alguns colegas) marcou uma ruptura significativa a nível peninsular, influenciando muito (mesmo quando não citado) do que se fez depois. Hoje, são dezenas as pessoas que prosseguem estudos e pesquisas no megalitismo português.

² Não foi publicado como tal, em livro, mas foi em grande parte dado à estampa sob a forma de artigos, em revistas da especialidade.

Podemos dizer, como dados adquiridos, que está estabilizada uma metodologia de pesquisa e de registo. As grandes manchas “megalíticas” do território estão cartografadas. Há uma faceta funerária, e uma faceta não funerária do “megalitismo” (menires, recintos); mas é evidente que esta dicotomia, no passado, deve ter feito pouco sentido! A grande fase construtiva é a segunda metade do V^o milénio e a primeira metade do IV^o milénio A.C. Mas há casos onde desconfiamos que o fenómeno possa ter-se iniciado antes, e outros em que sabemos que as necrópoles megalíticas foram “parasitadas” por reutilizações, ou mesmo monumentos, já, da Idade do Bronze. Compreendeu-se que pouco sentido tem falar de “megalitismo” como uma realidade homogénea, quando, mesmo numa pequena necrópole (Aboboreira, por ex.), se encontram lado a lado monumentos do mais diverso tipo (polimorfismo), embora contemporâneos. Há muitas mamoaas que não contêm megálitos; há zonas inteiras do país em que elas (com ou sem dólmenes) não estão presentes; o megalitismo foi um fenómeno de excepção mesmo nos períodos de mais intensa construção. Não tem portanto sentido organizá-lo em termos de esquema evolutivo simples do tipo: para a época x, o monumento é este, com este “espólio”, com este tipo de povoado associado, com este tipo de “formação económico-social”, etc. Tudo isso é uma simplificação infantil.

O que chamamos “megalitismo” é apenas uma das múltiplas formas de arquitectura pré-histórica, de monumentalização do espaço, de “ancoragem” das comunidades a um dado território. Essa ancoragem, ou se quisermos, essa produção de uma paisagem nova, parece ter-se processado em torno das ideias de tempo e de durabilidade (antepassados, pedra bruta como hierofania), o que não é de estranhar numa sociedade linhageira. Uma sociedade que representa o cosmos como uma totalidade organizada, onde a criatura humana tem um papel bem definido, activo (“cena de caça” dos Juncais) embora bem enquadrado (para não dizer “dominado”) por símbolos cósmicos, por forças celestes e telúricas. Estas forças parecem por vezes aparecer sob formas híbridas, de grandes criaturas protectoras (por ex., imponente figura em forma de “pele esticada” da Arquinha da Moura, Tondela), meio humanas – meio animais. Mas o discurso é muito mais abstracto e elaborado do que nos pode parecer, representando um dos mais densos “complexos de dados” que a nossa Pré-história oferece à interrogação do presente.

Penso que os monumentos megalíticos dolménicos foram operadores simbólicos a, pelo menos três níveis: o da paisagem (necrópoles e seu desenvolvimento espacial, tanto em plano, como em perfil, nas linhas de horizonte); o de cada monumento em si, visto do exterior como um todo (fechado-aberto, colina-cripta artificiais, etc.); e do de unidades do espaço interior (corredor-câmara, zona de entrada-zona do fundo, disposições de objectos/ partes do corpo-zonas vazias, etc.). São microcosmos a esses três níveis, servindo para simbolizar um universo organizado que, longe de ser o “espaço dos mortos”, é um materializador de conceitos implícitos, rico precisamente por ser polissémico e sempre sujeito a diferentes reajustamentos e interpretações, aliás desde a época da sua edificação até hoje.